

## SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA: cultivos orgânicos, culturais e afetivos da extensão universitária

### *SEBASTIÃO LAN IN THE PROMISED LAND: organic, cultural and affective cultivation of university extension*

Wilson MADEIRA FILHO<sup>1</sup>  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

Juliana Gomes MOREIRA<sup>2</sup>  
Universidade Federal Fluminense (UFF)

**Resumo:** A partir da trajetória dos autores, o artigo apresenta, em sua primeira parte, o acampamento Sebastião Lan, que surge da interação entre políticas de reforma agrária e conservação ambiental, impulsionado por movimentos como o MST. Enfrenta desafios logísticos e conflitos fundiários, destacando a colaboração entre pesquisadores, comunidade e instituições. O caso revela a tensão entre preservação, infraestrutura e acesso à terra, além da resistência à grilagem e à violência rural. A universidade, por meio do GT Ecosocial, do Observatório Fundiário Fluminense e do Laboratório de Justiça Ambiental, foi fundamental na mediação dos conflitos e na produção de diagnósticos e laudos técnicos. Essa experiência evidencia a complexidade das políticas públicas, a importância do compromisso acadêmico interdisciplinar e o potencial transformador da atuação universitária junto à sociedade. Em um segundo momento, narra-se a trajetória do Assentamento Terra Prometida, que evidencia os desafios estruturais e o protagonismo feminino na luta pela terra, enfrentando estigmatização e desigualdades históricas. A produção agroecológica diversificada e coletiva, marcada pelo respeito ao saber popular, fortalece a autonomia local e a resistência ao modelo do agronegócio. As mulheres, especialmente através de coletivos, assumem papel central na organização social, produtividade e afirmação de identidades no campo. A ausência de políticas públicas adequadas

<sup>1</sup> Professor Titular da Faculdade de Direito e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito da Universidade Federal Fluminense. Coordenador geral do Laboratório de Justiça Ambiental (LAJA) – E-mail: wilsonmadeirafilho@hotmail.com – Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2322-7094>.

<sup>2</sup> Agricultora, assentada no Assentamento Terra Prometida, Piranema, Xerém, Duque de Caxias. Educadora popular. Coordenadora pedagógica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no estado do Rio de Janeiro. Integrante do Fórum Global de Geografias Negras da Universidade de Rutgers, New Jersey, EUA. Bolsista Técnico do AUP Xerém - projeto do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), executado e Coordenado pelo Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu/UFRJ. Integrante do Observatório Fundiário Fluminense (OBFF/UFF) – E-mail: [julianaagroecologica@gmail.com](mailto:julianaagroecologica@gmail.com) – Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-4730-2852>.

para infraestrutura e direitos evidencia os limites do processo de reforma agrária. Educação popular, solidariedade e autogestão emergem como estratégias de transformação e emancipação social nos assentamentos rurais.

**Palavras-chave:** Conflitos socioambientais. Extensão universitária. Reforma agrária.

**Abstract:** Based on the authors' experiences, this article initially presents the Sebastião Lan encampment, which arises from the intersection of agrarian reform and environmental conservation policies, driven by movements such as the MST. It faces logistical challenges and land tenure conflicts, highlighting the collaboration among researchers, the community, and institutions. The case reveals tensions between preservation, infrastructure, and access to land, as well as resistance to land grabbing and rural violence. The university, through the GT Ecosocial, the Fluminense Land Observatory, and the Environmental Justice Laboratory, played a key role in mediating conflicts and producing assessments and technical reports. This experience highlights the complexity of public policies, the importance of interdisciplinary academic engagement, and the transformative potential of university action within society. In the second part, the trajectory of the Terra Prometida Settlement is described, revealing structural challenges and the central role of women in the struggle for land, facing stigmatization and historical inequalities. The diverse and collective agroecological production, characterized by respect for popular knowledge, strengthens local autonomy and resistance to the agribusiness model. Women, especially through collectives, play a central role in social organization, productivity, and the affirmation of identities in rural areas. The lack of adequate public policies for infrastructure and rights exposes the limits of the agrarian reform process. Popular education, solidarity, self-management emerge as strategies for transformation and social emancipation in rural settlements.

**Keywords:** Socio-environmental conflicts. University extension. Agrarian reform.

## Introdução

Este texto parte de duas trajetórias, a de Wilson Madeira Filho, professor de Direito da Universidade Federal Fluminense (UFF) e a de Juliana Gomes Moreira, que foi aluna de Ciências Sociais na UFF e que, não concluindo o curso, entendeu tornar-se ela mesma uma assentada rural. Ambos trabalharam junto à professora Ana Maria Motta Ribeiro, a quem este artigo presta homenagem.

O contexto dos conflitos agrários brasileiros demanda uma análise multifacetada, capaz de contemplar, simultaneamente, as dimensões políticas, sociais, ambientais e históricas que conformam a ocupação e uso da terra no país. Entre as experiências emblemáticas desse cenário encontram-se o acampamento Sebastião Lan e o assentamento Terra Prometida.

## SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA

O acampamento Sebastião Lan II, situado no município de Silva Jardim, no estado do Rio de Janeiro, revela em sua trajetória o entrelaçamento de políticas de reforma agrária, interesses conservacionistas e enfrentamentos sociais marcados pela violência e pela busca de justiça. O processo de organização e permanência das famílias daquele território se insere em dinâmicas mais amplas de disputas pela terra, recorrentes no interior fluminense e em outros contextos rurais latino-americanos (Fernandes, 1999; Faleiro & Guimarães, 2016).

O assentamento Terra Prometida, localizado na divisa entre Duque de Caxias e Nova Iguaçu (RJ), constitui um caso exemplar dos desafios e potenciais envolvidos na luta pela reforma agrária no contexto urbano-periférico brasileiro. Criado a partir da reorganização de ocupações promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o assentamento caracteriza-se por sua trajetória marcada por mobilidade, resistência frente a despejos, pressão de interesses minerários e experiências de autogestão coletiva.

A partir de parcerias entre universidade, movimentos sociais, pesquisadores e órgãos do poder público, foi possível articular respostas inovadoras aos desafios impostos pelos conflitos fundiários locais. O protagonismo do Laboratório de Justiça Ambiental e do Observatório Fundiário Fluminense explicita o papel estratégico da pesquisa interdisciplinar, do compromisso extensionista universitário (Brandão, 2010; Lima & Haddad, 1990) e da mediação científica na busca de soluções negociadas e diagnósticos qualificados para o enfrentamento dos dilemas agrários e ambientais contemporâneos.

Além disso, é notável a emergência de abordagens sensíveis às “sociologias dos afetos” (Motta & Mello, 2017) e às metodologias participativas, que reconhecem o saber local, os vínculos afetivos e a pluralidade de agentes envolvidos no processo. O caso Sebastião Lan II, ao articular resistência camponesa frente à grilagem, reivindicação de direitos sociais e mediação entre agendas conservacionistas e de justiça agrária, sintetiza os paradoxos e potencialidades das políticas públicas de acesso à terra no Brasil pós-Constituição de 1988. A atuação dos coletivos do Terra Prometida, especialmente o coletivo de mulheres Hidras da Terra, reforça a importância da educação popular, da extensão universitária e da articulação com outros movimentos sociais como estratégias para a efetivação de direitos, combate ao estigma e promoção da justiça agrária e alimentar (Freire, 202; Caldart, 2000).

Ao analisar a trajetória dessas atuações e seus desdobramentos, este artigo busca contribuir para o debate sobre os limites e possibilidades de conciliação entre conservação ambiental, reforma agrária e promoção de direitos, ressaltando a importância do diálogo

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**

interdisciplinar e da solidariedade entre universidade, movimentos sociais e comunidades rurais na construção de soluções inovadoras para velhos dilemas fundiários brasileiros.

### **1. Histórico da trajetória do acampamento Sebastião Lan: contexto, parcerias e conflitos agrários**

Wilson Madeira Filho, coordenador geral do Laboratório de Justiça Ambiental, membro do Observatório Fundiário Fluminense e parceiro de longa data da professora Ana Maria Motta Ribeiro, apresenta, na primeira parte deste relato, um panorama da trajetória do acampamento Sebastião Lan, situado no município de Silva Jardim, na fronteira com Casimiro de Abreu, no interior do Estado do Rio de Janeiro. Sua aproximação inicial com esse conflito ocorreu a partir da iniciativa da professora Ana Motta, que propôs no âmbito universitário uma disciplina dedicada ao estudo dos conflitos agrários. Para isso, Ana Motta articulou a participação de docentes de diferentes áreas do conhecimento, reunindo profissionais como Dario Andrade (Engenharia Agrícola), Mônica Cox (Geografia), Márcia Motta (História), além de nomes da Antropologia e do Direito, incluindo o próprio Wilson Madeira Filho.

A relação prévia de Ana Motta com Wilson Madeira Filho, forjada em reuniões voltadas à fundação do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito — então voltado ao mestrado — se estreitou quando ambos passaram a compor o corpo docente do programa, posteriormente expandido para o doutorado. O convite para participação na nova disciplina coletiva, ministrada à graduação, foi direcionado a Wilson Madeira Filho em virtude de sua atuação na área de Direito Agrário. Nessa experiência, cada docente contribuiu com uma ou duas aulas, culminando em um projeto de campo proposto por Mônica Cox no acampamento Sebastião Lan, ao qual Wilson Madeira Filho também foi convidado a participar.

A realização do trabalho de campo foi marcada por desafios logísticos, como a quebra do transporte e a necessidade de busca noturna por um mecânico, em meio à responsabilidade pelo cuidado de mais de vinte estudantes de graduação. Essas experiências, além de enriquecerem a formação acadêmica dos discentes, favoreceram a criação de vínculos de solidariedade e cooperação entre os professores envolvidos. O trabalho coletivo possibilitou novas reflexões acadêmicas e desdobramentos institucionais na pesquisa sobre conflitos fundiários.

#### ***SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA***

Do ponto de vista conceitual, o acampamento Sebastião Lan assume centralidade como uma experiência paradigmática de ocupação conduzida pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em terras originalmente pertencentes ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e desapropriadas da família Dantas nos anos 1970, com a finalidade de destinação à reforma agrária (Fernandes, 2000; Faleiro & Guimarães, 2016). Contudo, a efetivação desse objetivo foi, em parte, adiada perante o contexto de ascensão das políticas ambientais no Brasil, que se intensificaram sobretudo entre 1974 e 1976, acompanhando tendências globais e nacionais em prol da conservação da biodiversidade (Drummond, 2009).

Nessa conjuntura emergiu a atuação destacada do professor Alceu Magnanini (1925-2022), agrônomo, ativista e figura de referência no ambientalismo fluminense, cuja proposta de criação da Reserva Biológica de Poço das Antas culminou na implantação da primeira unidade de conservação desse tipo no país (Ferreira & Dias, 2016; IBAMA, 2023). A seleção da área fundamentou-se em critérios ecológicos, especialmente por abrigar significativa biodiversidade e ser habitat do mico-leão-dourado (*Leontopithecus rosalia*), espécie então ameaçada de extinção e cuja proteção tornou-se uma bandeira internacionalmente reconhecida na década de 1970 (Rezende, 2013).

Esse processo reflete o entrecruzamento entre políticas de reforma agrária e conservação ambiental no Brasil contemporâneo, apontando para dilemas entre justiça social e proteção da natureza, nos quais a presença de populações rurais, a destinação fundiária e o acesso à terra se tornaram objeto de disputa entre diferentes paradigmas de gestão territorial (Diegues, 1996; Acelrad, Mello & Bezerra, 2009). Como resultado, aproximadamente metade das terras do INCRA foi destinada à criação da Reserva Biológica, respaldada por um forte apelo ambiental. Destaca-se ainda o curioso equívoco com relação ao nome “Poço das Antas”: originalmente pertencente à família Dantas (“Poço dos Dantas”), houve confusão na nomeação, embora não haja registro histórico da presença de antas na região — fato que se tornou um detalhe pitoresco da história da unidade de conservação.

O contexto apresentado é fundamental para a compreensão dos desdobramentos sociais, jurídicos e ambientais que envolvem o acampamento Sebastião Lan, ilustrando a complexa relação entre as políticas de reforma agrária, conservação ambiental e a atuação dos movimentos sociais rurais no interior fluminense.

#### SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA

A destinação de quantidade expressiva das terras sob a gestão do INCRA para fins de conservação ambiental viabilizou o cumprimento, nesse espaço, da função preservacionista, materializada com a criação da Reserva Biológica de Poço das Antas. Contudo, a mesma região foi palco de outra intervenção de grande impacto: a construção da Represa de Juturnaíba. Para viabilizar o projeto da represa, importantes cursos d'água locais, com destaque para o Rio São João, foram desviados, tendo em vista a necessidade de assegurar o abastecimento hídrico da Região dos Lagos — área que, impulsionada pela expansão do turismo, passou a registrar crescimentos populacionais sazonais expressivos, especialmente nos municípios de Araruama, Cabo Frio, Arraial do Cabo e Búzios. Durante a alta temporada, o fluxo de visitantes nessas cidades apresentava aumentos exponenciais, por vezes multiplicando por dez a população local, o que demandou políticas públicas de infraestrutura voltadas ao fornecimento contínuo de água potável.

A execução da obra hidráulica, situada próxima à Reserva Biológica, desencadeou um processo complexo de redefinição dos limites territoriais das propriedades rurais adjacentes. Aproveitando-se do desvio do leito do Rio São João, dois fazendeiros locais, Benedito Peçanha e Dilvo Perez, passaram a reivindicar, de maneira indevida, as terras anteriormente delimitadas pelo curso original do rio. Sob uma interpretação ampliada de seus direitos de propriedade, ambos expandiram ilegalmente suas posses sobre a área deslocada, promovendo a ocupação e o cultivo de arroz com financiamento de programas oficiais do governo federal. Esse processo, caracterizado pela apropriação privada de terras públicas — comumente denominado grilagem — resultou na exclusão de parte significativa do território originalmente destinado à reforma agrária.

O contexto político na década de 1990 contribuiu para repensar as dinâmicas territoriais e institucionais presentes na região. Com o fim do regime militar, a eleição (ainda que indireta) de Tancredo Neves, a transição do governo para José Sarney, a promulgação da Constituição Federal de 1988, o afastamento de Fernando Collor de Mello e a posterior eleição de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil adentrou um período considerado mais democrático e propício à efetivação de direitos socioeconômicos. No entanto, quando o acampamento Sebastião Lan passou a ser acompanhado mais de perto a partir de 2001, observava-se ainda a prevalência de práticas arcaicas e excludentes de domínio territorial — remanescentes de um contexto quase feudal.

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**



A ocupação do local pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) somente foi deflagrada em 1997, representando uma ação de retomada das terras públicas para fins de reforma agrária, quase três décadas após as desapropriações originais. O enfrentamento foi marcado por episódios de violência, perpetrados principalmente por jagunços a serviço da oligarquia local, culminando em assassinato. Esse clima suscitou ao MST batizar o acampamento com o nome de Sebastião Lan, que fora presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio, sendo que a Fazenda Campos Novos, onde ele estava envolvido, havia sido desapropriada pelo Incra em 1983. O episódio teve ampla cobertura jornalística, destacando a brutalidade e o atraso social ainda presente na estrutura fundiária brasileira do final do século XX.

A resposta institucional aos conflitos na região incluiu a proposição, na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de uma medida reparatória à viúva de Sebastião Lan — um projeto de pensão apresentado pelo deputado Carlos Minc, aprovado e implementado pelo Estado. Os responsáveis pelo crime foram localizados, processados e cumpriram pena. Diante desse quadro, as famílias acampadas intensificaram a luta pela reforma agrária, reivindicando não apenas o acesso à terra, mas também a reparação histórica e a efetivação de seus direitos fundamentais enquanto trabalhadores rurais.

### 1.1. Dinâmicas dos conflitos e articulação entre conservação e o papel da universidade

Ao ingressar no território do acampamento Sebastião Lan, cerca de três a quatro anos após a instalação das primeiras famílias — entre os anos de 2001 e 2002 —, as equipes acadêmicas - lideradas pelos professores Wilson Madeira Filho, Ana Maria Motta Ribeiro, Mônica Cox de Britto Pereira e Dário de Andrade Prata Filho - puderam acompanhar *in loco* a organização comunitária, analisar a formação dos grupos familiares, o surgimento de lideranças e as estratégias de gestão coletiva do acampamento. Esse momento revelou a complexidade dos arranjos sociais estabelecidos e a sua interação com as múltiplas pressões externas, especialmente aquelas relacionadas à pauta ambiental.

Nesse contexto, destacaram-se o ingresso da Associação Mico-Leão-Dourado da Associação dos Amigos do Rio São João, ambas ajuizando ações civis públicas contra os acampados, o que forçou o ingresso do Ministério Público Federal na causa, por obrigação legal em atuar na defesa do patrimônio ambiental. O objetivo dessas entidades era impedir qualquer

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**

potencial dano à Reserva Biológica de Poço das Antas, argumentando que a presença humana poderia comprometer os esforços de conservação da biodiversidade local. Destaca-se, de maneira emblemática, o financiamento dessa agenda conservacionista por instituições internacionais, como o Zoológico de Washington, dada a relevância global da preservação do mico-leão-dourado. Uma série de iniciativas transnacionais de manejo *ex situ* e programas de reprodução em cativeiro contribuíram para a gradual retirada da espécie da lista de animais ameaçados de extinção.

Curiosamente, a atuação dessas ONGs foi marcada por uma seletividade: enquanto questionavam a ocupação promovida pelos trabalhadores rurais sem-terra, não haviam promovido questionamentos anteriores acerca das práticas predatórias dos latifundiários da região, que utilizavam maquinário pesado e promoviam degradações ambientais. Com isso, instaurou-se um embate envolvendo diferentes atores e interesses: de um lado, a luta pela reforma agrária; do outro, a defesa exclusivamente preservacionista; e, emergindo nesse período, os paradigmas do socioambientalismo, que buscaram compatibilizar justiça social e proteção ambiental, em oposição à visão biocêntrica radical — muitas vezes associada aos princípios da ecologia profunda.

A efervescência desse debate foi catalisada pela judicialização dos conflitos, a partir deste ajuizamento de ações civis públicas por entidades ambientais. Tal Movimento desencadeou, no seio do Estado brasileiro, um conflito institucional, colocando o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), responsável pela política de reforma agrária, em contraposição ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), gestor à época das Unidades de Conservação. O conflito assumiu tal dimensão que, em 2001/2002, ministros do governo federal — José Sarney Filho (Meio Ambiente) e Raul Jungmann (Desenvolvimento Agrário) — compareceram à REBIO Poço das Antas em uma vistoria para compreender o quadro em disputa. Essa visita ocorreu concomitantemente a um trabalho de campo realizado pela equipe acadêmica, que presenciou o encontro e propôs, espontaneamente, a participação da Universidade Federal Fluminense (UFF) na produção de um laudo técnico acerca do conflito fundiário-ambiental.

Antes desse episódio, o Ministério Público Federal já havia convocado as ações civis públicas existentes e, reconhecendo a necessidade de embasamento técnico qualificado, solicitou à universidade parecer sobre a aplicação da Resolução CONAMA nº 13/1990 — norma que determina a instituição de uma zona de amortecimento de, no mínimo, 10 km no

#### SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA



entorno das Unidades de Conservação, restringindo significativamente usos e ocupações potencialmente degradantes. O questionamento era, especificamente, se tal metragem seria suficiente para se fazer cumprir a função ecológica. Internamente, a demanda foi encaminhada ao Reitor Cícero Mauro Fialho Rodrigues, que delegou a resposta ao Departamento de Engenharia Agrícola por meio justamente do professor Dario de Andrade Prata Filho, participante ativo da disciplina interdisciplinar coordenada por Ana Maria Motta Ribeiro. A equipe acadêmica, então, foi mobilizada para realizar o diagnóstico de campo e consolidar subsídios ao parecer requerido, ocasião em que, simultaneamente, houve o convite dos ministros para que a UFF elaborasse um laudo detalhado sobre a situação.

Posteriormente, a universidade formalizou o encaminhamento da demanda aos seus órgãos superiores, sugerindo a instituição de um grupo de trabalho especial para responder tecnicamente às questões suscitadas pelos diferentes atores envolvidos, evidenciando o papel estratégico da academia na mediação e análise de conflitos socioambientais complexos.

## 1.2. O GT Ecosocial e o Laudo Interdisciplinar: conhecimento e desdobramentos institucionais

A partir do engajamento direto nas demandas advindas do conflito envolvendo a Reserva Biológica de Poço das Antas, emerge o Grupo de Trabalho Ecosocial (GT Ecosocial), precursor do atual Laboratório de Justiça Ambiental. Este grupo foi constituído no contexto das interlocuções entre o universo acadêmico e os órgãos governamentais, uma vez que, ao mediar os interesses dos Ministérios — representados localmente no território conflituoso —, abriu-se espaço para a universidade assumir um papel de destaque tanto na produção de conhecimento como na mediação de processos sociais.

Tal inserção institucional permitiu ao GT Ecosocial protagonizar a interlocução entre diversos atores sociais e institucionais, incluindo o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), a Associação Mico-Leão-Dourado, as prefeituras de Casimiro De Abreu e Silva Jardim, além de representantes do Ministério Público, órgãos ambientais e famílias acampadas. O grupo passou a organizar reuniões, propor audiências públicas junto ao Ministério Público — prontamente acatadas —, e conduzir uma série de estudos e levantamentos multidisciplinares, abrangendo aspectos socioeconômicos, políticos, ambientais e jurídicos. Dentre as tarefas desempenhadas, destacam-se o diagnóstico situacional das famílias

### *SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA*

acampadas, o mapeamento dos conflitos de posse, a elaboração de políticas voltadas para o abastecimento de água, avaliação da cobertura florestal, a estruturação de corredores ecológicos e a análise de mercados vinculados à economia local.

O ponto culminante desse processo foi a elaboração de um Laudo Interdisciplinar, produzido em 2003, com amplo rigor acadêmico. Esse documento, inicialmente distribuído no formato digital (CD-ROM) e considerado referência exemplar pelos interlocutores da época, foi posteriormente submetido à Editora da UFF (Eduff) para publicação, o que só se consolidou devido à morosidade editorial em 2007. O laudo resultou das contribuições de diferentes subgrupos e serviu de base técnico-científica para a mediação institucional dos conflitos. O trabalho possibilitou, entre outros resultados, a análise de 22 processos possessórios em curso, o levantamento de entrevistas com os principais fazendeiros envolvidos, e a proposição de soluções jurídicas e político-ambientais para garantir a permanência das famílias no território através de práticas agroflorestais.

Entre os desdobramentos práticos advindos da atuação do GT Eco Social, destaca-se a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), fruto de negociação coletiva, não apenas junto aos acampados, com o objetivo de mitigar riscos à integridade da REBIO, mas também em razão da obrigação do INCRA de promover o assentamento regular das famílias. Embora o TAC tenha sido assinado ainda no início dos anos 2000, sua implementação efetiva não ocorreu, em razão, como se verá, do fracasso que se deu com a implementação do Assentamento Sebastião Lan I, ocorrido anteriormente, em 1999, com 33 daquelas famílias. A área fora originalmente da Fazenda Obara, onde também houvera acusação de grilagem.

No entanto, desafios estruturais rapidamente emergiram. O desvio do Rio São João, realizado para abastecer a Represa de Juturnaíba, implicou riscos hidrológicos substanciais, agravados no período das chuvas intensas do verão, recorrentes na região fluminense. A capacidade limitada da represa gerava, eventualmente, abertura das comportas, provocando inundação das áreas imediatamente rio abaixo, justamente onde estavam localizadas as primeiras famílias assentadas em Sebastião Lan I. Este evento resultou em perdas materiais significativas para os assentados, obrigando o Estado a indenizá-los e realizar seu deslocamento emergencial, interrompendo, de modo duradouro, a viabilidade das terras para novos projetos de assentamento.

Em decorrência desse contexto, Sebastião Lan II, onde permanecia a maior parte das famílias (ainda em situação informal, mas amparadas pelo TAC), também foi impactado por

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**

sucessivas enchentes e ficou sem perspectiva de regularização imediata, levando o INCRA a suspender as atividades de assentamento por receio da recorrência de desastres ambientais. Durante anos, a indefinição persistiu, agravando-se no contexto da pandemia de COVID-19, quando o próprio INCRA alterou os termos do TAC. Esta modificação inverteu a distribuição de responsabilidades preconizada no acordo original, impondo aos acampados uma série de obrigações — mesmo que ainda não fossem formalmente assentados —, como a instalação de portal de controle e fiscalização de acesso ao território.

### 1.3. Transformações territoriais, disputas sociopolíticas e novas dinâmicas em Sebastião Lan II

Nas últimas décadas, o território de Sebastião Lan II, ainda que pertencente formalmente ao município de Silva Jardim, tornou-se espacialmente mais próximo e funcionalmente dependente do centro urbano de Casimiro de Abreu. O processo de crescimento urbano acelerado de Casimiro de Abreu — que, desde o final da década de 1990, quadruplicou de tamanho — aproximou fisicamente essa cidade da região do projeto de assentamento, gerando uma situação de quase conurbação. Algumas famílias residentes em Sebastião Lan II mantêm-se no local desde 1997, enfrentando múltiplos desafios institucionais, entre os quais a dificuldade de reconhecimento formal pelo INCRA, que impede o acesso pleno a políticas públicas e financiamentos destinados à assentados.

A complexidade da situação se manifesta também na sobreposição de esferas administrativas: embora Casimiro de Abreu preste esporadicamente alguns serviços — como transporte escolar —, o território permanece sob jurisdição de Silva Jardim, resultando em lacunas significativas na oferta de políticas públicas. Nesse contexto, persistem condições de não-assentamento, uma vez que os trabalhadores, ainda classificados tecnicamente como acampados, não figuram como beneficiários regulares da reforma agrária.

A demanda dos moradores por regularização e direitos motivou uma nova mobilização no período pré-pandemia, em 2019, gerando a articulação de uma Ação Civil Pública, proposta e formalizada em parceria com a Defensoria Pública do Estado. Na tramitação do processo, foi conferido ao professor Wilson Madeira Filho o papel do *amicus curiae*, colaborando tecnicamente na análise da situação. A primeira audiência do processo coincidiu com o início do regime de isolamento imposto pela pandemia de COVID-19, representando possivelmente

#### SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA

o último ato presencial do tribunal antes da transição abrupta para modalidades remotas de justiça.

Durante a audiência, os representantes do INCRA exerceram pressão sobre os residentes de Sebastião Lan II, que há mais de duas décadas permanecem em situação precária sem o reconhecimento formal como assentados. Os argumentos institucionais baseavam-se em estudos técnicos do INCRA e da EMBRAPA Solos, os quais defendiam a inviabilidade produtiva da área, seja devido ao histórico de alagamentos periódicos — ocorrências registradas, sobretudo, a cada quatro anos, com eventos de enchente que afetavam moradias e plantações —, seja em função das limitações dos solos de local conhecido como Brejão. Em oposição, as famílias demonstraram resiliência adaptativa, ajustando práticas agrícolas, construindo moradias em locais mais protegidos e adaptando o tipo de cultivo às especificidades hidrológicas, o que ficou evidenciado pelas mostras de produção local apresentadas durante as audiências.

O impasse foi agravado pela retração das políticas federais de reforma agrária durante o governo Bolsonaro, período em que o avanço de novos atores sociais, notadamente grupos pentecostais, passou a reconfigurar o perfil sociocultural do território. O enfraquecimento da liderança histórica vinculada ao MST resultou em uma mudança significativa no tecido social, com maior influência de lideranças religiosas e políticos locais que, por vezes, promoveram dinâmicas associadas ao clientelismo e à ocupação informal de terras por terceiros, tais como comerciantes, vereadores e pessoas externas ao coletivo original do movimento.

Ainda assim, a mobilização persistente dos resistentes, ou seja, dos remanescentes da primeira geração de acampados, manteve viva a reivindicação pelo assentamento. Com a eleição de um novo governo federal, em 2022, e a reestruturação do INCRA, o debate foi retomado, ensejando avanços nas tratativas para regularização fundiária. A presença mais ativa do INCRA, em articulação com a universidade, abriu caminho para uma proposta mais consistente de assentamento.

Entretanto, a situação atual revela um quadro de conflito interno em Sebastião Lan II: de um lado, uma nova associação local, orientada por interesses de apropriação privada do território e com alinhamento ideológico contrário à reforma agrária; de outro, os antigos moradores e ativistas que persistem na luta pela conclusão do projeto originalmente debatido e amplamente documentado desde os anos 1990. Tal polarização reproduz as ambiguidades e dificuldades históricas do Estado brasileiro e, notadamente, do Estado do Rio de Janeiro quanto

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**

à efetivação de políticas de reforma agrária, regularização fundiária e justiça social para populações camponesas tradicionais.

#### 1.4. Perspectivas atuais e a importância da atuação universitária crítica e engajada em Sebastião Lan II

O processo de regularização do assentamento Sebastião Lan II segue em andamento, revelando-se como um dos casos mais longos e emblemáticos da luta pela reforma agrária no Brasil contemporâneo. A expectativa resiliente é de que, finalmente, o INCRA promova a efetivação do assentamento, superando as múltiplas dificuldades impostas tanto pela ausência de políticas consistentes, quanto pela complexidade social e institucional do território. Trata-se de um desafio inerente à atuação estatal: enfrentar obstáculos históricos e institucionais para garantir que a política pública de reforma agrária seja retomada e consolidada, assegurando dignidade, produção e direitos à população marginalizada por décadas.

Apesar das adversidades, observa-se o desenvolvimento, por parte das famílias acampadas, de práticas autônomas de produção agrícola, evidenciando não apenas viabilidade econômica, mas também disposição para a organização comercial e inserção territorial. Produtos agrícolas sustentáveis, derivados de práticas agroecológicas, como bolos, geleias e marcas próprias, já acessam o mercado da vizinha Casimiro de Abreu. Estes dados reiteram o potencial produtivo e adaptativo dos agricultores de Sebastião Lan II, mesmo em face da insegurança jurídica. No limiar de 2025, persiste a esperança de que a luta destas famílias seja reconhecida definitivamente, dado que o caso, com seus 28 anos de duração, constitui um dos processos mais duradouros do país.

Ora, a experiência de Sebastião Lan II materializa a atuação crítica e responsável da universidade pública, que há mais de vinte anos acompanha, pesquisa e intervém de maneira comprometida nos conflitos fundiários e socioambientais do Estado do Rio de Janeiro. Este percurso, iniciado ainda no âmbito da inovadora disciplina coordenada por Ana Maria Motta Ribeiro no início dos anos 2000, traduziu-se em diversas frentes de investigação, extensão e formação, consolidando uma abordagem acadêmica que alia teoria crítica, pesquisa empírica e intervenção social. O convite, renovado anos depois por Ana Motta para sua última disciplina de graduação — agora com foco na dimensão ambiental dos conflitos —, simboliza o ciclo de

#### *SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA*

produção e partilha do conhecimento, e reafirma a centralidade da universidade nos processos de transformação social.

A trajetória institucional articulou redes nacionais de colaboração acadêmica, destacando-se a participação contínua de docentes e pesquisadores que ali se formaram, como Erika Macedo Moreira, Janaína Tude Sevá, Ana Cláudia Diogo Tavares, Flávio Serafini e Rodolfo Bezerra de Menezes Lobato da Costa, hoje ativos em diversas universidades e instâncias públicas pelo país, além de diversos outros estudantes, em especial Juliana Gomes Moreira que abandonou a universidade para ingressar na militância rural. Tal difusão intelectual reforça a marca do projeto: uma formação crítica, que ultrapassa os limites da sala de aula convencional ao consorciar ensino, pesquisa e extensão, em diálogo permanente com as lutas sociais e o cotidiano de sujeitos e coletivos vulnerabilizados.

Caracteriza-se, portanto, o modelo de atuação do núcleo universitário por uma prática de formação pautada no respeito mútuo, na horizontalidade das relações entre professores, estudantes e comunidades parceiras, e na promoção de uma sociologia dos afetos, conceito proposto e desenvolvido por Ana Motta. Tal referencial reconhece a dimensão relacional, sensível e ética do trabalho científico, compreendendo que a produção do conhecimento só é efetivamente transformadora quando é feita em processo, em campo, ancorada na escuta, no diálogo, na construção coletiva e na solidariedade.

Ao longo desses anos, o núcleo consolidou sua identidade como um espaço de resistência acadêmica e social, obtendo reconhecimento público pelos trabalhos realizados, pela competência técnica e pelo compromisso político e ético. Em meio às adversidades institucionais, manteve-se fiel aos princípios de análise crítica, investigação empírica, e ao compromisso com a justiça social, honrando a trajetória de seus colaboradores e, em especial, a liderança intelectual e afetiva de Ana Motta, símbolo de uma geração e referência para futuras práticas acadêmicas e sociais no campo da reforma agrária e dos conflitos socioambientais no Brasil.

O ato mais recente é um termo de audiência referente a Ação Civil Pública nº0107585-02.2015.4.02.5107/RJ – onde Wilson Madeira Filho atuou como *amicus curiae* - realizada em 10 de dezembro de 2024, por meio do sistema Zoom, no Centro de Conciliação de Feitos Complexos Ambientais (FCA) da Justiça Federal do Rio de Janeiro. A audiência envolveu diversos participantes, incluindo a Defensoria Pública da União (DPU), o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da

#### SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA



Biodiversidade (ICMBIO), o Ministério Público Federal (MPF), o Instituto Estadual do Ambiente (INEA), a Associação dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Lan II, representantes do Laboratório de Justiça Ambiental da Universidade Federal Fluminense (UFF) e da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), além de uma co-mediadora. Durante a audiência, foram discutidas questões relacionadas a um projeto de Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDS) para o assentamento, com a participação do INCRA, da Associação dos Trabalhadores Rurais e do ICMBio. A Associação apresentou nove pautas, incluindo a permanência das famílias nos lotes originais, a área para construção da agrovila e o tamanho dos lotes. O MPF reiterou a necessidade de identificar o número de famílias contempladas e considerar os riscos ambientais.

Ao final, a juíza determinou prazos para que a DPU juntasse as propostas da Associação, para que o INEA e o ICMBio se manifestassem sobre a possibilidade de aplicação da Resolução CONAMA 458 que estabelece procedimentos para o licenciamento ambiental em assentamento de reforma agrária no licenciamento do assentamento, e para que o INCRA apresentasse a minuta do PDS. As partes foram intimadas a se manifestarem sobre o documento.

## **2. Trajetória socioagrária e desafios no assentamento Terra Prometida**

A trajetória de Juliana Gomes Moreira, assentada no Assentamento Terra Prometida, localizado entre Duque de Caxias e Nova Iguaçu, revela as dinâmicas e desafios enfrentados em um contexto de ocupação de lotes ociosos da reforma agrária. O assentamento, com treze anos de existência, teve sua constituição marcada por deslocamentos e despejos de famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), refletindo a trajetória histórica de lutas pela terra e enfrentamentos contra a pressão de interesses minerários, especialmente os areais.

Apesar do reconhecimento legal enquanto assentamento, as condições estruturais ainda denunciam precariedade, como a ausência de energia formal e de infraestrutura básica, forçando os moradores à autogestão de recursos, situação em que a própria sobrevivência depende de iniciativas coletivas. O engajamento político de Juliana com o MST remonta à sua experiência familiar e à memória da vida rural, tradicionalmente sustentada pelo trabalho agrícola e pelas lutas coletivas por justiça social.

### ***SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA***

A produção agroecológica diversificada, com destaque para o aipim de Tinguá, é uma marca do assentamento, que alcançou certificação orgânica, mas valoriza, sobretudo, práticas pautadas no respeito à diversidade e ao conhecimento popular. O princípio da agroecologia, defendido pelo MST e assumido pelas famílias do Terra Prometida, orienta-se não apenas pela produtividade, mas pela valorização dos saberes ancestrais e da coexistência com a natureza, em oposição à lógica da monocultura, mesmo quando orgânica.

A trajetória de Juliana demonstra a interseção entre luta agrária, formação universitária e trabalho docente no campo da extensão, evidenciando o papel da educação crítica na consolidação da reforma agrária. Sua experiência de vida enquanto mulher negra, trabalhadora e militante traduz os desafios diários de acessar direitos sociais, superar desigualdades históricas e construir novas possibilidades de vida no campo por meio da autogestão e da cooperação comunitária.

A experiência de Juliana Gomes Moreira no Assentamento Terra Prometida, reflete a centralidade da produção agroecológica como estratégia de resistência e afirmação identitária no âmbito da reforma agrária. Conforme destacam Altieri e Nicholls (2017), a agroecologia vai além de um conjunto de práticas agrícolas sustentáveis, configurando um movimento social que articula saberes ancestrais, valorização da biodiversidade e fortalecimento da autonomia e da soberania alimentar das comunidades rurais. As práticas produtivas locais transcendem a certificação orgânica e se baseiam no manejo diversificado do solo, na integração de cultivos (aipim, hortaliças, leguminosas, frutas) e no respeito ao conhecimento tradicional, questionando o modelo de monocultura ainda presente em muitos projetos.

No tocante à identidade de gênero, a trajetória de Juliana Gomes Moreira evidencia o papel ativo das mulheres trabalhadoras na construção dos assentamentos e no fortalecimento da luta por justiça social. Como salientam Sauer e Eidt (2017), as mulheres do meio rural, com crescente protagonismo, têm liderado as demandas por terra, inovando nas práticas produtivas e redefinindo as relações de poder dentro das organizações rurais, historicamente masculinizadas. A memória das antepassadas, como a avó de Juliana, articula tradições e afetos que se incorporam no atual protagonismo feminino voltado à sustentação produtiva e ao associativismo nos assentamentos, promovendo transformações nas próprias formas de organização coletiva.

A realidade enfrentada no Terra Prometida revela os limites das políticas públicas voltadas à consolidação da reforma agrária no Brasil. Faleiro e Guimarães (2016) destacam que

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**

a sustentabilidade dos assentamentos e a concretização dos direitos obtidos após décadas de mobilização são prejudicadas pela carência de infraestrutura, a ausência de assistência técnica sistemática e a falta de reconhecimento institucional pleno. O desafio de garantir energia, estradas e serviços mínimos obriga os moradores a recorrerem à autogestão, reiterando a necessidade de políticas que transcendam o acesso à terra e contemplem as condições dignas de permanência.

A trajetória educacional de Juliana Gomes Moreira é igualmente paradigmática. Face às desigualdades históricas que marcam o acesso à escola e à universidade para mulheres negras da classe trabalhadora, sua experiência converge com o que Brandão (2010) descreve como uma educação popular enraizada na vivência das comunidades, moldada pelo diálogo e pela luta, que visa despertar a consciência crítica e fortalecer a autonomia coletiva. O vínculo entre formação universitária, projetos de extensão, experiências do trabalho doméstico e atuação em núcleos de pesquisa com movimentos sociais, evidencia o potencial transformador da educação do campo e da articulação entre conhecimento acadêmico e saberes práticos, como propõe Paulo Freire (2021).

Assim, o caso do Assentamento Terra Prometida sintetiza o entrelaçamento da produção agroecológica com a afirmação de identidades de gênero e o papel da educação emancipadora, desvelando tanto os limites das políticas públicas para a reforma agrária quanto o potencial de transformação social e resistência liderado por mulheres na luta pela terra.

A trajetória de militância expressa por Juliana ilustra como a inserção orgânica no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem sido, historicamente, simultaneamente campo de luta e espaço formativo. O ingresso dela anterior no assentamento Roseli Nunes, em Piraí, e o engajamento em processos de formação camponesa reforçam a compreensão de que o saber agrícola não é inato, mas fruto de constante aprendizagem e experimentação coletiva. Para Juliana, o aprendizado junto aos mais antigos e o diálogo entre o saber local e o conhecimento sistematizado pela universidade reforçam o caráter dinâmico e plural da agroecologia no contexto agrário.

Essa trajetória evidencia também a centralidade da identidade de gênero nas relações sociais do campo. A presença e o protagonismo das mulheres em espaços de decisão, trabalho e formação – frequentemente marcados por estruturas patriarcais – traduzem o fenômeno analisado por Sauer e Eidt (2017), para quem a atuação das mulheres rurais, ao enfrentar desigualdades históricas, tem impulsionado a criação de novas dinâmicas de poder e práticas

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**

produtivas nos assentamentos, um elemento fundamental para a sustentabilidade da agricultura familiar e agroecológica.

No âmbito das políticas públicas, o Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) é ressaltado por Juliana como referência central na luta pela função social da terra no Brasil. Faleiro e Guimarães (2016) observam que, embora sirva de instrumento fundamental para o enfrentamento da concentração fundiária, sua aplicação e efetividade dependem da mobilização popular e enfrentam limites práticos, como a carência de infraestrutura, crédito e assistência técnica – desafios recorrentes nas experiências relatadas.

Por fim, a trajetória educacional de Juliana perpassa o enfrentamento das desigualdades estruturais: a dificuldade de acesso à universidade, o papel da educação popular e a vivência em projetos de extensão universitária. Para Brandão (2010), a educação popular articula as vivências, a crítica social e a busca pela emancipação coletiva, consolidando o protagonismo dos indivíduos do campo na construção de alternativas à ordem estabelecida. O próprio orgulho relatado pelos trabalhadores rurais ao adentrarem a universidade evoca o poder simbólico e material da educação como estratégia de transformação social, em consonância com o pensamento de Freire (2021), que destaca a necessária articulação entre saberes e lutas sociais.

### 2.1. Estigmatização do movimento sem-terra: agroecologia, gênero, políticas públicas e educação popular

A atuação de Juliana Gomes Moreira evidencia como a estigmatização em torno do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) opera na deslegitimação social e política de suas práticas e conquistas, especialmente no campo da produção agroecológica e da reforma agrária. A crítica à monocultura e à exportação de commodities simboliza o enfrentamento entre dois projetos de campo: de um lado, o do agronegócio, baseado em grandes extensões, monocultivo e exportação; de outro, o da agroecologia camponesa, associada à segurança alimentar, diversidade produtiva e valorização dos saberes tradicionais (Altieri & Nicholls, 2017).

Este estigma — frequentemente veiculado pela grande mídia e por discursos políticos, em especial aqueles vinculados à chamada “bancada do BBB” (Bala, Boi e Bíblia) — recai não apenas sobre a imagem pública do movimento, mas afeta diretamente o reconhecimento institucional e a formulação de políticas adequadas para os assentamentos.

#### *SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA*

No âmbito da produção, Juliana ressalta que a agroecologia, ao promover sistemas agrícolas diversos e integrados, representa uma alternativa fundamental às monoculturas do agronegócio — alternativas estas que preservam recursos naturais e asseguram a soberania alimentar das comunidades. Essa perspectiva está amplamente discutida na literatura, que aponta que a diversidade produtiva típica da agroecologia é mais resiliente aos choques econômicos e ambientais, promovendo a manutenção do tecido social rural (Altieri & Nichols, 2017; Caporal, 2021).

Sob a ótica de gênero, é notório que mulheres assentadas enfrentam dupla invisibilização: a do preconceito social e midiático e a da divisão sexual do trabalho no campo. Ainda assim, conforme destacado por Sauer e Eidt (2017), são justamente as mulheres protagonistas em reivindicar, praticar e preservar a agroecologia e a produção diversificada, ressignificando espaços tradicionalmente subordinados e ampliando o sentido emancipador da reforma agrária.

No que tange à educação, a estigmatização também impacta as oportunidades de formação técnica e escolarização dos sujeitos do campo. Brandão (2010) e Freire (2021) reforçam que o acesso democrático à universidade, a valorização da educação popular e as pedagogias críticas são ferramentas fundamentais para o enfrentamento da desinformação, a superação do preconceito e a afirmação do saber rural nos espaços institucionais de poder.

## 2.2. Produção agroecológica, gênero, políticas públicas e desigualdade estrutural no processo de reforma agrária: desafios e contradições

A discussão sobre a produtividade e o acesso à terra no contexto da reforma agrária brasileira revela importantes contradições entre a legislação vigente, as políticas públicas e as realidades cotidianas dos assentados. No percurso de Juliana Gomes Moreira, observa-se que o chamado “índice de produtividade” – conceito central na avaliação da função social prevista no Estatuto da Terra (Lei 4.504/1964) – frequentemente é manipulado por grandes proprietários para manter extensas áreas de terra sob seu controle, empregando, por exemplo, a estratégia de introduzir gado de forma apenas simbólica para simular atividade produtiva (Faleiro & Guimarães, 2016; Sauer & Eidt, 2017).

O viés de gênero é também fundamental nesse contexto: mulheres assentadas frequentemente lideram a construção de infraestruturas coletivas e a manutenção de práticas

agroecológicas e educativas (Sauer & Eidt, 2017). Contudo, são elas igualmente atingidas pela ausência de direitos no caso de despejos, ressaltando a injustiça estrutural que diferencia as garantias oferecidas a grandes proprietários e trabalhadores e trabalhadoras do campo.

As políticas públicas historicamente beneficiam os latifundiários, que, mesmo em contextos de grilagem ou improdutividade, são ressarcidos em caso de desapropriação. A legislação, especialmente após reformas recentes e a criação do Banco da Terra, prevê compensações financeiras pelas chamadas “benfeitorias”, enquanto, para as famílias assentadas, perdas materiais, produtivas e educacionais não são ressarcidas. Tal assimetria reforça a exclusão histórica das populações camponesas e a perpetuação do estigma social vinculado à luta pela terra (Brandão, 2010).

Dessa forma, experiências como as de Juliana evidenciam que, apesar de avanços normativos, a reforma agrária no Brasil enfrenta limites estruturais: o peso da herança colonial, o poder de grandes proprietários, a insuficiência de políticas públicas de apoio à produção diversificada e à permanência das famílias no campo, bem como a desvalorização do protagonismo feminino e das iniciativas de educação popular. O fortalecimento da agroecologia camponesa, a justiça agrária e o reconhecimento das práticas educativas e produtivas dos assentamentos são caminhos para a superação dessas desigualdades históricas.

### 2.3. Produção agroecológica, gênero, políticas públicas e trajetória educacional: o protagonismo dos coletivos de mulheres assentadas

A prática agroecológica está simbioticamente vinculada a valores de justiça social, respeito ao território, ancestralidade e acesso amplo à alimentação saudável. O enfrentamento do machismo e dos estigmas – que também perpassam o ambiente interno dos assentamentos – resultou numa reelaboração positiva da identidade coletiva, criando afetos, fortalecimento emocional, cooperação e visibilização da potência do trabalho das mulheres. Além disso, há uma dimensão educativa fundamental nessas práticas: a realização de vivências, visitas guiadas e rodas de conversa que agregam público urbano e rural, promove a valorização do conhecimento popular e constituem um espaço de educação popular em movimento, como aqueles propostos por Brandão (2010) e Freire (2021).

A trajetória do coletivo Hidras da Terra, formado sobretudo por mulheres assentadas, materializa a articulação entre produção agroecológica, autonomia de gênero e resgate de



identidades vinculadas à ancestralidade quilombola. O nome do coletivo – inspirado nas “Hidras do Iguaçu”, referência mitológica ressignificada a partir da resistência feminina e do legado de quilombos que marcaram o território – traduz a capacidade das mulheres do campo em reinventar práticas agrícolas, criar redes solidárias e enfrentar a estrutura machista e racista ainda presente tanto no meio rural quanto nas instituições. Como destacam Sauer e Eidt (2017), o papel central das mulheres camponesas é crucial para o desenvolvimento de experiências produtivas diversificadas e para o fortalecimento político das organizações rurais. No cotidiano, o coletivo desenvolve ações de produção, comercialização e educação agroecológica, apostando em canais diretos com consumidores urbanos, na realização de vivências no assentamento e no combate à mercantilização do alimento orgânico como nicho elitizado. Essa dinâmica reforça o papel da agroecologia enquanto estratégia de soberania alimentar, justiça social e inclusão econômica, como discutido por Altieri e Nicholls (2017) e Caporal (2021), e reconhece a historicidade das lutas dos povos do campo – particularmente das mulheres negras, centrais na configuração dos quilombos originais e na defesa dos territórios até a atualidade. Entretanto, a experiência das Hidras da Terra também ilustra as múltiplas dimensões do estigma enfrentado por trabalhadores rurais, em especial mulheres, no acesso a direitos e serviços públicos. O relato sobre a experiência no hospital revela o preconceito e a falta de empatia ainda recorrentes nos atendimentos, corroborando que a negação do respeito e do reconhecimento às condições e saberes rurais perpetua a marginalização desses sujeitos.

A literatura sobre educação popular (Brandão, 2010; Freire, 2021) ressalta a importância de práticas pedagógicas e profissionais baseadas no diálogo horizontal, no respeito à experiência do outro e na tradução das linguagens técnicas para o cotidiano das populações rurais e periféricas. O papel do Serviço Social e do Direito, segundo Juliana, deve ser pautado pelo compromisso com a mediação cultural e pela construção coletiva das soluções, reconhecendo e combatendo as barreiras de linguagem, burocracia e estigma que afetam a população camponesa. Essa perspectiva está alinhada à proposta de uma práxis social crítica e emancipadora, sensível à multiplicidade dos sujeitos do campo e às suas formas de organização coletiva (Faleiro & Guimarães, 2016).

Por fim, o grito de guerra “Se o campo não planta, a cidade não come” sintetiza a centralidade das agricultoras e agricultores familiares na segurança alimentar do país, desmentindo narrativas que marginalizam sua importância. Como enfatiza Caporal (2021), fortalecer políticas públicas, reconhecer práticas agroecológicas e promover a inclusão social

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**

das mulheres assentadas são pilares para a efetivação de uma reforma agrária verdadeiramente justa e democrática.

### Considerações finais

A tessitura das trajetórias de Wilson Madeira Filho, no acampamento Sebastião Lan II, e de Juliana Gomes Moreira, no assentamento Terra Prometida, revela não apenas a persistência da luta por justiça fundiária, mas a potência transformadora dos encontros que entrelaçam universidade e território popular. No caminhar sobre estradas poeirentas, ora alagadas pelos rios do interior fluminense, ou nos roçados férteis que reverberam os cantares das mulheres do campo, ambos se reconheceram partícipes de um mesmo processo civilizatório: o da construção coletiva do conhecimento engajado, sensível e ético.

Ao acompanhar a organização dos grupos no Sebastião Lan II, Wilson Madeira Filho experimentou a densidade do aprendizado situado, aquele que só se revela na partilha dos desafios cotidianos, nos diagnósticos partilhados, nas assembleias, nas visitas às casas de barro, na escuta das denúncias e dos sonhos. O caminho trilhado proporcionou não apenas a produção de laudos e relatórios técnicos, mas a descoberta de uma universidade capaz de encantar seus próprios limites: lugar que se aprende com o outro, atento aos afetos e aos atravessamentos da justiça ambiental (Motta & Mello, 2017).

Na seara do Terra Prometida, Juliana reinventa todos os dias o significado da resistência, entrelaçando a história dos seus ancestrais quilombolas, as sementes plantadas pelas mulheres destemidas e a reafirmação do valor da agroecologia enquanto práxis política – uma terra que alimenta, educa e acolhe. Sua trajetória ressalta a força da organização coletiva, o papel insubstituível das mulheres no cotidiano campestre e a tessitura entre saber popular e educação formal (Altieri & Nicholls, 2017; Sauer & Eidt, 2017). No abrir das portas do assentamento para as vivências agroecológicas e as trocas com estudantes, Juliana atualiza o sentido da extensão: gesto de estender a vida, o saber e a esperança.

Ambas as histórias costuram, de forma lírica e resistente, o sentido mais pleno da extensão universitária: romper fronteiras entre academia e campo, mediando conflitos, traduzindo saberes e afirmando a dignidade dos sujeitos do rural não apenas como destinatários, mas como coprotagonistas do conhecimento emancipador (Brandão, 2010; Freire, 2021). A presença da universidade, ali, é contra o isolamento, contra o estigma, contra o esquecimento.

### *SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA*

E, sobretudo, a favor da escuta, do respeito, da justiça social e ambiental – reconhecendo que se o campo não planta, a cidade não come e se a cidade não aprende com o campo, a universidade permanece incompleta.

Ao final deste percurso, permanece viva a certeza de que, enquanto houver mãos a semear, histórias a contar e pontes a construir entre universos tão diversos, a extensão universitária cumprirá seu papel fundamental: transbordar as margens das instituições, fecundar territórios de direitos e semear – como fez e a eles inspirou a trajetória de Ana Motta – um novo chão para a ciência, a cidadania e a esperança.

## Referências

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Rocha de; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Moraes. **A questão agrária no Brasil: velhos e novos conflitos**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Moraes. **Assentamentos rurais no Brasil: regularização fundiária e sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ALTIERI, Miguel Angel; NICHOLLS, Clara I. **Agroecologia: princípios e estratégias para a agricultura sustentável**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; et al. **Universidade e conflitos socioambientais: experiências de pesquisa-ação participativa**. Manaus: NUPAUB, 2010.

ALVES, Walter Britto. Construção e impacto ambiental da Represa de Juturnaíba. **Revista Ambiente & Água**, v. 5, n. 2, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2010.

BRASIL. **Estatuto da Terra**: Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4504.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm). Acesso em: 13 ago. 2025.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição brasileira**, 1988. Texto constitucional de 5 de outubro de 1998 com as alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº1/92 a 4/93 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. Brasília: [Senado Federal], 1994. 230p.

BRASIL. Conselho Nacional do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA nº 13, de 6 de dezembro de 1990**. Disponível em: <http://www2.mma.gov.br/port/conama>. Acesso em: 13 ago. 2025.

## SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA

BRITO, Bianca; SILVA, Rodrigo. Grilagem de Terras no Brasil: causas, impactos e enfrentamento. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n. 86, 2019, p. 11-34.

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação de seus sujeitos**: a luta pela terra, o trabalho coletivo e a educação. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

CALDART, Roseli Salete. **O movimento sem terra**: formação e atuação do MST no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto. Agroecologia e políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: avanços e desafios. **Revista de Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, p.25-44, 2021.

CIOTTI, Benedito; SANCHES, Denise. Assentamentos rurais em áreas de influência de unidades de conservação. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 41, p.332-354, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. 2024. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

DIEGUES, Antonio Carlos Santana. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

DOWBOR, Ladislau. **Universidade e compromisso social**. São Paulo: Vozes, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. **A política ambiental no Brasil dos militares**: (1964-1985). Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

DRUMMOND, José Augusto. **A política ambiental no Brasil**: história e análise. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

FALEIRO, Vera Lúcia; GUIMARÃES, Patrícia (Orgs.). **Reforma agrária, assentamentos rurais e desenvolvimento**. Brasília: Embrapa, 2016.

FARIAS, R. S. de; SILVA, F. S. da. Gestão ambiental da bacia hidrográfica do Rio São João. **Anuário do Instituto de Geociências – UFRJ**, v. 34, n. 1, 2011, p. 125-135.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **MST**: os trabalhadores rurais sem-terra e sua trajetória de luta pela terra no Brasil. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FERREIRA, Cristiane; DIAS, Leandro C. **A Reserva Biológica de Poço das Antas e o mico-leão-dourado**: entre a proteção e os conflitos fundiários no estado do Rio de Janeiro. (Dissertação de Mestrado — UFRJ, 2016).

FERREIRA, Cristiane. **Reserva Biológica de Poço das Antas**: conservação e conflitos socioterritoriais no estado do Rio de Janeiro. Dissertação de Mestrado – UFRJ, 2016.

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**

FONSECA, Claudia; SORRENTINO, Marcos. Entre afetos e políticas: socioambiental em foco. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 39, 2017.

FRANCO, Maria Lúcia de Almeida. A pesquisa-ação participativa: enfoque e perspectivas. **Revista Educação e Sociedade**, v. 22, n. 74, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 50 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Reserva Biológica de Poço das Antas: histórico e informações**. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/>. Acesso em: 13 ago. 2025.

IBAMA – INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Políticas de unidades de conservação**. Disponível em: <https://www.gov.br/ibama/pt-br>. Acesso em: 13 ago. 2025.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Histórico da reforma agrária no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 13 ago. 2025.

INCRA – INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Histórico dos assentamentos no Brasil**. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br>. Acesso em: 13 ago. 2025.

LIMA, Kátia Suely Queiróz; HADDAD, Sérgio. **Extensão universitária no Brasil: textos críticos**. Campinas: Papirus, 1990.

LITTLE, Paul Elliott. Ecologia, sociedade e território: lições do socioambientalismo. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner (Org.). **Socioambientalismo e novos paradigmas para a pesquisa social**. Rio de Janeiro: Contra a Capa Livraria, 2001.

MACHADO, Paulo Affonso Leme. **Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) e o papel do Ministério Público na defesa do meio ambiente**. São Paulo: Malheiros, 2018.

MARTINS, José de Souza. O poder do laudo: razão científica, peritagem técnica e conflitos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 10, n. 27, p. 101-110, 1995.

MINC, Carlos. **Indicação legislativa sobre pensão especial à viúva do líder rural Sebastião Lan**. Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, [s.d.].

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio Mendes (Orgs.). **Universidade e inclusão: afetos, práticas e políticas**. São Paulo: Cortez, 2014.

PAULA, Luiz Fernando Scheibe de; COELHO, Maria Cecília Souza Minayo (Orgs.). **Metodologias Interdisciplinares para Conflitos Socioambientais**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2011.

#### **SEBASTIÃO LAN NA TERRA PROMETIDA**

PAULILO, Maria Inês Gasparetto. Sobre conflitos de terra no interior do Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 3, n. 8, 1988, p. 57-66.

RIBEIRO, Ana Maria Motta; MELLO, Cecília Rocha de (orgs.). **Sociologias dos afetos: aproximações entre sujeitos, pesquisas e direitos**. Niterói: Eduff, 2017.

REZENDE, Claudinei. Unidades de Conservação no Brasil: História e desafios. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 3, n. 2, 2013.

SAUER, Sérgio & EIDT, Cleci Teresinha. Mulheres e reforma agrária no Brasil: conquistas e desafios nas lutas feministas e camponesas. **Revista NERA**, v. 20, n. 42, p. 326-349, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. Laboratório de Justiça Ambiental – **Relatórios e publicações institucionais**. Disponível em: [www.laja.uf.br](http://www.laja.uf.br)



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.